

Curso/Disciplina: Direito Processual Penal Objetivo

Aula: Direito Processual Penal Objetivo - 15

Professor(a): Elisa Pittaro

Monitor(a): Beatriz Moreira Leite Aina

Aula 15

COMPETÊNCIA:

Até agora vimos a competência do Tribunal do Júri, da Justiça Militar e da Justiça Federal. Eleitoral não abordaremos.

Saindo da competência *ratione materiae* (natureza da infração), iniciaremos as regras do foro por prerrogativa de função, que utiliza o critério *ratione personae*, leva em conta a pessoa do criminoso.

Foro por prerrogativa de função:

É inadequado falar em foro privilegiado, porque isso pode transparecer que se trata de privilégio dado àquela figura pública. Não se trata disso. É uma maneira de se blindar aquela função que é considerada relevante. Para que ela tenha um julgamento isento por determinados órgãos do Poder Judiciário.

Há duas regras básicas:

1ª: as normas do foro por prerrogativa de função afastam todos os critérios de competência territorial. Ou seja, o agente sempre será julgado por aquele tribunal a que ele se encontra vinculado, independe do local onde ele tenha cometido o crime. Ex.: a prof.^a, como promotora de justiça do MP/RJ, tem foro por prerrogativa de função no TJ/RJ. Cometendo um crime de trânsito na Bahia, será julgada pelo TJ/RJ.

2ª: as regras do foro se justificam enquanto o agente está no exercício da função. Por isso, aposentados ou políticos que não mais possuam o cargo eletivo não possuem a prerrogativa de função. Ex.: a prof.^a comete um delito enquanto promotora da ativa do MP. O processo corre no TJ/RJ. Ela se aposenta. Imediatamente o processo deverá ser remetido para o juízo singular de primeira instância.

Ex.: prefeito de uma cidade – foro por prerrogativa de função no TJ. Havia ações penais no TJ e vários procedimentos investigatórios de atribuição do PGJ. Esse sujeito se desincompatibilizou para concorrer à eleição do Senado. No período em que ele se desincompatibilizou, os processos no TJ foram para a Vara Criminal e as investigações para o MPRJ. Passado um tempo, ele foi eleito senador. Todas as ações foram remetidas ao STF.

Outra questão que vem sido discutida diz respeito ao fato de um político propositalmente renunciar ao mandato, e até que ponto essa renúncia afastaria a competência daquele tribunal. O STF vem enfrentando a questão.

O STF vem entendendo que essa renúncia caracteriza uma fraude para tentar afastar a competência do STF e escolher por que juiz ele será julgado. Nesse caso, o processo continuará no STF. O que os ministros estão discutindo é a partir de que momento essa renúncia não teria o efeito de afastar a competência do STF.

Algumas figuras importantes:

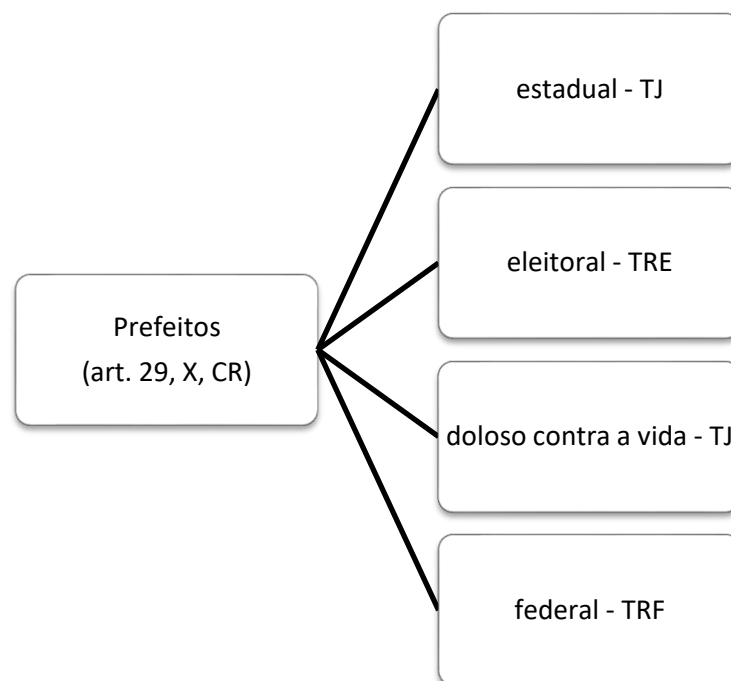
Prefeitos:

Art. 29, X, CR:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

[...]

X - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça; (Renumerado do inciso VIII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)



Como vimos em blocos passados, sempre que o foro por prerrogativa de função, isso afasta a competência do júri, por isso o julgamento de crime doloso contra a vida cometido por prefeito será julgado pelo TJ.

Crime comum de competência da Justiça Estadual – TJ.

O STF editou a súmula 702:

A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.

Por isso, em caso de cometimento de delito eleitoral, o prefeito será julgado no TRE, e, federal, no TRF.

Quem julga o prefeito que desvia verbas oriundas da União? Há duas súmulas do STJ: 208 e 209. Se a verba foi incorporada ao patrimônio municipal, a competência é do TJ. Já se o prefeito tem que prestar contas dessa verba a um órgão federal, a competência para julgamento é do TRF.

S. 208.

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR PREFEITO MUNICIPAL POR DESVIO DE VERBA SUJEITA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE ORGÃO FEDERAL.

S. 209.

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR PREFEITO POR DESVIO DE VERBA TRANSFERIDA E INCORPORADA AO PATRIMONIO MUNICIPAL.

A CRFB não prevê foro por prerrogativa de função para o vereador. Ele pode ter foro previsto na Constituição estadual?

Para ser criado foro por prerrogativa de função nas estaduais, é necessário que haja simetria, que pressupõe paridade de vantagens e tratamentos, o que não ocorre em relação a vereador. Não há simetria, então não seria razoável que ele tivesse foro na Constituição estadual. Mas ele tem.

STF e STJ entendem que o número de pessoas que tem foro por prerrogativa de função na Constituição Federal não é taxativo. Nada impede que a Constituição estadual preveja foro para outras pessoas, onde se enquadra o vereador. Ex.: defensor público estadual tem foro por prerrogativa de função na Constituição do Estado, assim como o procurador do Estado.

A única ressalva que o STF faz é: se essas pessoas que só tem foro na Constituição do Estado cometerem um homicídio, elas serão julgadas pelo tribunal do júri. Súmula 721 do STF e Súmula Vinculante 45:

S. 721.

A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.

SV 45.

A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

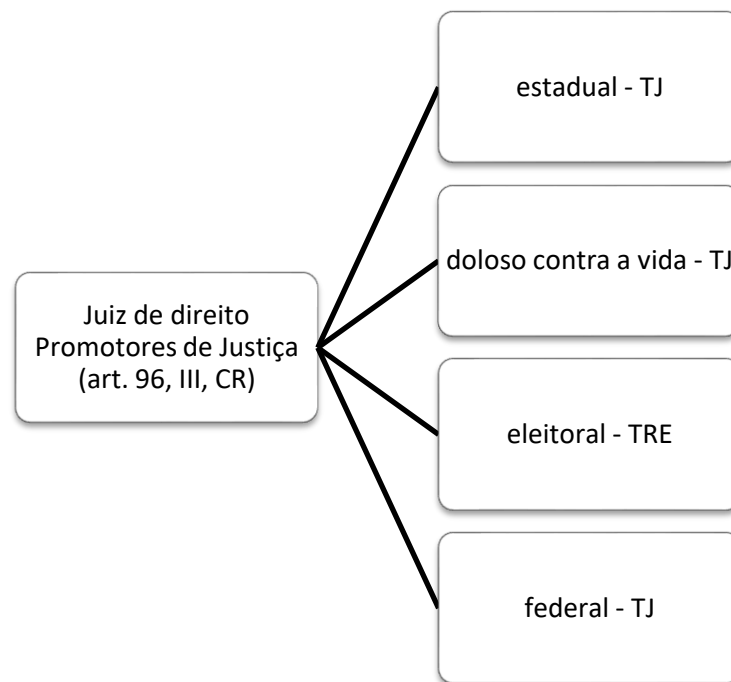
Juiz de direito (estadual) e promotores de justiça:

Art. 96, III, CR:

Art. 96. Compete privativamente:

[...]

III - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.



Vimos que a competência por foro por prerrogativa de função constitucional afasta a competência do tribunal do júri, por isso o TJ julgará os crimes dolosos contra a vida.

O art. 96, III ressalva a competência da justiça eleitoral, por isso o TRE julga crime eleitoral.

Quando praticado crime da competência da justiça federal: o art. 96, III fala em todos os crimes, a única ressalva feita foi em relação à justiça eleitoral. Então, o TJ é quem julgará.